

O Bicentenário do Forte de Coimbra

13 Set 1775 — 13 Set 1975

General
RAUL SILVEIRA DE MELLO

O nosso velho Forte de Coimbra lá está, de atalaia, recostado à margem oeste do Rio Paraguai, 200 anos faz. Saibam, pois, os que ainda não sabem, e recordem aqueles que já o conhecem, saibam, e recordem todos, quanto valeu e quanto vale para o Brasil esse velho forte. Convém, porém, que se apure o seu imenso valor, pesando e medindo e computando os feitos memoráveis de sua história duas vezes secular. É, portanto, de alta razão patriótica trazer à luz da publicidade os inúmeros títulos de desvanecimento e de glória que o nosso Forte de Coimbra conquistou para a nossa Pátria, e para a nossa gente, a fim de que se lhe faça, neste seu jubileu bicentenário, um ano inteiro de comemorações.

De todos os antigos fortes de fronteira, que assinalaram e asseguraram a expansão do Brasil para o norte e para o oeste — o São Joaquim, no alto Rio Branco, Território de Roraima; o Cucuí, no alto Rio Negro e o Tabatinga, no Solimões, ambos no Estado do Amazonas; e o Príncipe da Beira, no Rio Guaporé, Território de Rondônia — de todos eles, somente o Forte de Coimbra, na barranca oeste do Rio Paraguai, ao sul do Mato Grosso, somente ele desempenhou papel ativo em operações de guerras, somente ele defrontou-se e lutou, valentemente, e por duas vezes, contra forças poderosas, muitas vezes superiores ao seu potencial bélico. Aqueloutros

fortes, inclusive o mais requintado em acabamento e o mais poderosamente armado, que foi o Príncipe da Beira, nenhum deles, jamais, se empenhou em combate, nem disparou um só tiro em sua defesa, porque nunca tiveram forças inimigas pela frente. Ao passo que o Forte de Coimbra bateu-se em cruentas lutas contra inimigos rancorosos, que porfiavam, pelas armas, subjugá-lo, e, isso, feito, como esperavam, apoderar-se da região meridional de Mato Grosso, por eles ardentemente cobiçada. Mas, o velho forte defendeu-se e reagiu destemerosamente, não apenas uma vez, mas por duas vezes, a primeira, na guerra de 1801, e a segunda, na de 1864-70, que foi a mais encarniçada na América. E, nesta última, com uma triplíce circunstância: o Forte de Coimbra foi o primeiro objetivo, em território brasileiro, atacado pelo inimigo; o primeiro tiro disparado pelo inimigo, nesse guerra, foi também contra o nosso velho forte; e o primeiro sangue vertido pelo inimigo, durante a guerra — 42 mortos e 164 feridos — foi causado pelos canhões e fuzis do nosso glorioso forte.

Não vem ao caso, porém, menoscabo algum aos serviços prestados ao Brasil por aqueles primeiros fortes. Eles cumpriram rigorosamente as suas missões, sem precisar fazer uso das armas. Eles desempenharam pacificamente os difíceis e penosos encargos de vigilância e de guardas fronteiriços naquelas inóspitas regiões. Regularizadas, no entanto, as questões territoriais e de limites e procedidas as demarcações, as guarnições daqueles longínquos fortes foram, ano a ano, sendo reduzidas por incompreensões de então, após a guerra do Paraguai. Por fim, retirados os derradeiros elementos, caíram totalmente no abandono os velhos fortes. Enorme prejuízo resultou disso para a nossa Pátria. Afastada dali a presença do Brasil, aquelas fronteiras ficaram indefesas e despovoadas, porque, com a retirada do último soldado, retiraram-se com ele, por falta de proteção, os núcleos de povoamento civil que se formavam à sombra dos muros dos velhos fortes. Relegados de todo, lá restaram, mas, talvez, nem restem mais, as ruínas de uns e vestígios de outros.

Ora, aconteceu mesmo, que, face ao abandono do Forte São Joaquim, no alto Rio Branco, foi retirada também a guarda que esse forte mantinha no Rio Pirara, afluente daquele rio, na vizinhança com a Guiana. Deu-se, então, ali, um grave dano à nossa integridade territorial. O abandono daquele esplêndido trecho de nossa fronteira ensejou a infiltração de mineradores ingleses, que passaram a ocupar livremente larga porção daquele curso d'água. Quando, pois, o Brasil, muitos anos depois, procurou retomar o domínio sobre aquele setor fronteiro, a isso se opôs a Inglaterra, sob a alegação de que súditos seus ali se haviam instalado e feito posse por muitos anos. Submetido o caso à arbitragem, decidiu o árbitro pela divisão da área contestada em duas partes desiguais, atribuindo a maior delas a Inglaterra e a menor, ao Brasil. Perdeu assim o nosso país uma porção de seu território e a Inglaterra lucrou, ademais, a vantagem de participar da bacia do Amazonas por um afluente superior do Rio Branco.

Detrimentos tais, porém, jamais aconteceram com o Forte de Coimbra. O que com ele houve, no correr dos anos, foi, pela usura do tempo, na sua estrutura avelhantada e na sua eficiência minimizada. E, até, mesmo, na sua razão de ser, pelo fato de os fortes de fronteira haverem sido considerados inamistosos à boa vizinhança entre nações lindeiras. Cessados, por isso, os motivos para sua atualização e porque suas disposições internas e seu espaço útil não comportassem o alojamento do pessoal, nem o material de instrução modernizado, nem as novas exigências regulamentares, a guarnição teve de abandonar as exíguas instalações do velho baluarte, a fim de ir ocupar novos quartéis, ali bem perto.

Aconteceu, então, que, assim abandonado, o velho forte não resistiu os rigores do tempo e marchou lentamente para ruínas, porque os serviços públicos não destinavam verbas para sua conservação. Todavia, conquanto assim abandonado e em marcha para as ruínas, nada houve que impedisse ao velho forte de continuar a impor o respeito que lhe

era devido por sua presença ali, por sua história e seu papel de guarda daquela fronteira.

E nem houve perda, antes, vieram novos incentivos para o povoamento de sua área de influência. De canhões, também, não mais precisou em suas barbetas, para garantir nossa soberania naquele setor fronteiriço. Sua guarnição, sim, viu-se compelida a evacuá-lo em busca de mais amplas e modernas instalações, indo ocupar, no esplêndido terreno vizinho, novos quartéis e largueza para treinamento e instrução militar da tropa.

Cumprir agora um salto no tempo para os primórdios do velho forte, a fim de trazer à cena uma circunstância havida na escolha do local destinado à sua fundação. A Capitania de Mato Grosso, em 1775, com sede em Vila Bela, muito ao norte, decidiu voltar a atenção para a parte sul do seu território. E já não era sem tempo, porque essa região se achava despovoada e indefesa. Urgente se tornava essa providência, pois, demorada que fosse, poderia perder-se, vindo a cair em poder dos castelhanos, que tinham os olhos voltados para ela. Foi, então, que o governador da província resolveu promover a ocupação e a fortificação de um ponto importante do Rio Paraguai, capaz de: a) servir de núcleo de povoamento e de contenção ao avanço dos castelhanos para o norte do Apa, pois já haviam dado um salto de Assunção e fundado Concepción, logo acima da foz do Ipané, em 1773; b) conjugar esforços, nesse sentido, com a Capitania de São Paulo, que já estabelecera, em 1767, uma colônia militarizada no Iguatemi; c) conter as incursões de índios hostis, rio acima. O ponto escolhido foi Fecho dos Morros, uma paragem montuosa magnífica, mas muito avançada para o sul, pois distava mais de 200 léguas de Cuiabá, vale dizer, vinte dias de canoa, que era o veículo fluvial usado em Mato Grosso. A distância e os meios de navegação tornariam difícil e inseguras suas ligações e o seu reabastecimento. E inoperante ou tardio o atendimento do que carecesse, em caso de urgência.

A frota de canoas enviada para essa missão, por falta de um prático idôneo, capaz de distinguir com segurança o sitio em que se devia fundar o novo estabelecimento, estacou 44 léguas aquém, num ponto algo semelhante ao do que fora informado pelo capitão-general. Ali, então, na margem oeste do rio, e, não, na de leste, como lho determinara, plantou uma estacada, a que deu o nome de Presídio de Nova Coimbra, na suposição de que o fazia em Fecho dos Morros. Conquanto se verificasse, logo após, o equívoco, o presidio ali permaneceu em definitivo, e, só vinte e dois anos depois, já então com a estrutura de alvenaria, veio a tomar o nome de forte — Forte de Coimbra. O equívoco do local, no entanto, foi benéfico e converteu-se em acerto, porque, em Fecho, bem mais perto dos castelhanos e bem mais longe da mais próxima guarnição portuguesa, e bem vizinho das aldeias dos índios guaicurús, de modo algum se poderia sustentar naquele ponto. Em última análise, em Fecho não viria a ser o propugnáculo da Capitania na defesa e domínio da região meridional de Mato Grosso, como se tornou, de fato, onde o fundaram. Feliz, pois, aquele equívoco. Duas circunstâncias imprevistas ali aconteceram. A primeira foi essa, de tomarem um local pelo outro. A segunda, em não ter ficado o presidio na margem leste e, sim, na margem oeste do rio, só admitida pelo Capitão-General na imprestabilidade daquela. E a razão do governador estava nisto: embora houvessem caducado as raías limítrofes pelo Tratado de 1761, persistia o respeito das partes pelo que estabelecera o de 1750, na previsão de que novo acordo, já esperado, reconhecesse novamente o Rio Paraguai por limite entre as duas metrópoles. Outra feliz ocorrência nos tornou favorável a fundação do presidio onde ficou. Se o tivessem fundado em Fecho, como prescrevera o governador, lá, sim, teria ficado, pela força das circunstâncias, na margem leste, mercê das ótimas condições topográficas e táticas daquela margem e pela ilha que lhe ficava à distância de fala, aquém do talvegue; ao passo que a margem oeste era totalmente inadequada. Há, porém, um argumento que infirma de todo a hipótese da

fundação do presídio em Fecho. Se lá tivesse ficado — e, como vimos, teria ficado na margem leste — ali não se poderia sustentar, seja pelas hostilidades dos guaicurús, aldeados bem perto, na Serra de Bodoquena, seja, com mais forte razão, pelo que planejara o Coronel Pinedo, governador do Paraguai, de, após atacar e destruir a Praça dos Prazeres, no Iguatemi, voltar-se contra a nova fundação portuguesa, onde estivesse; e, mais prontamente o faria, se estivesse em Fecho, para, por sua vez, desbaratá-la. E, se lá estivesse, o teria feito com mais facilidade do que o fizera no Iguatemi, porque bem mais próximo de Assunção e muito mais acessível, pois o faria via fluvial, ao passo que para chegar à Praça dos Prazeres tivera de percorrer longo itinerário, sem caminhos e através de florestas e cursos d'água.

Ora bem, onde assentaram o Forte de Coimbra e onde ele permaneceu, apesar de tudo, foi na realidade onde devia estar, porque, em lá estando, tornou propícia ao nosso país uma série de vantagens. E tais foram, como, de vir a ser, sem que disso se cogitasse, no começo, cabeça-de-ponte e incentivo para conquista e incorporação pacífica do Brasil na magnífica faixa de terras, marginal ao Rio Paraguai, de Baía Negra a Corumbá (1). Ora, em decorrência, bastou que se verificasse quão útil era essa conquista, para que ela se alargasse espontaneamente e se prolongasse, de fora a fora, abarcando as lagoas marginais do rio, até Corixa Grande, e, dali, para completar a nossa expansão para o oeste, até o Rio Verde.

O Capitão-General somente se conformou com a não ocupação de Fecho dos Morros pelo fato de já estar assentado o presídio onde o fundaram. Mas, resolveu estabelecer outro no Mbotetei (Miranda—Aquidauana), mais ou menos à altura do primeiro, de modo a se apoiarem e a servir este de núcleo de colonização e de fomento ao aldeamento de tribos pacíficas, bem como de contenção às arredias e hostis. Aconteceu, porém, que o sertanista enviado para esse reco-

(1) O trecho de Baía Negra ao marco 9 km, a jusante do forte, o Brasil cedeu à Bolívia pelo Tratado de Limites de 1866.

nhecimento, em 1776, declarou que não vira, naquele rio, um sítio adequado àquela fundação, conquanto, se mais longe andasse ou mais atentamente observasse, como se verificou depois, o teria encontrado. Todavia, de regresso, deixando aquele sertanista, para leste, o furo do Rio Paraguai, chamado Paraguai-mirim, preferido pelas canoas, por encurtar caminho, e, entrando pelo leito do rio, encontrou, na sua margem oeste, um local excelente, amplo, acolhedor, sobranceiro às inundações e fora do Pantanal. Como era de esperar, o governador, que, aliás, já tivera informações desse local, mandou, em 1778, que se fundasse ali uma povoação entrincheirada — Corumbá de hoje — para servir de fomento à colonização e de apoio ao Presídio de Coimbra. Essa ocorrência verificou-se um ano após a vigência do novo tratado de limites, o de 1777, que interpunha o Rio Paraguai, como se previa, entre as possessões da Espanha e de Portugal, tornando claro que as terras da margem oeste do grande rio eram da coroa espanhola. E o mesmo, como se viu, acontecera em Coimbra, porque, também lá, bem como nos mais pontos da margem leste do rio, naquelas alturas, tudo era Pantanal e não comportava fundação estável. Eis por que aquelas fundações se assentaram na margem oeste do rio — evidentemente por força das circunstâncias — sem que, de início, houvesse a intenção do governo de Mato Grosso de invadir e apossar-se de terras que ele mesmo reconhecia pertencerem ao vizinho castelhano. A idéia de conquista veio depois, por via da geopolítica, como vimos, porquanto, ocupando os portugueses ambas margens do rio, senhoreavam a exclusividade dele acima de Baía Negra.

Chegou a vez, porém, de recordar algumas particularidades curiosas havidas nos primórdios do velho forte, ao tempo em que ele não era ainda forte, nem gozava do nome de forte. E nem tinha ainda a estrutura de alvenaria, mas a de pau-a-pique e instalações de sapé, pelo que se chamou presidio, consoante a etimologia e o costume do tempo. Ora tão logo ali se assentou a paliçada portuguesa, entraram em cena os guaicurus, índios aguerridos, dominadores dos campos

e vias navegáveis do sul de Mato Grosso, pois eram a um tempo hábeis canoieiros e cavaleiros. Estes silvícolas, décadas atrás, haviam sofrido ataques e massacres, infligidos por expedições armadas, enviadas de Cuiabá, com o fim de fustigá-los e afugentá-los, em razão dos danos que eles mesmos causavam a colonos, rio acima. Claro está, aqueles índios nutriam ódio aos portugueses, e, por isso, observando que estes ali se haviam estabelecido, passaram a espiar as atividades do presídio, à espera de ensejos para vingar-se. Engenhosos em ardis, certo dia, ali se apresentaram, a uns 300 m do presídio, em grande número, simulando paz e reconciliação. Levavam consigo as mulheres e produtos, para barganha, de suas indústrias domésticas, com a circunstância de que as mulheres iam industriadas a se deixarem seduzir, para destarte atraírem para fora do presídio a soldadesca desprevenida. Ora, aconteceu que o estratagema produziu o resultado que os índios esperavam. E, ali mesmo, trucidaram facilmente, e sem luta, 54 soldados que se entretinham descuidosamente com as mulheres, porque, estas, a um assobio do cacique, ajudaram os maridos na degola das vítimas. Isso feito, e depois de despojarem os mortos de suas vestes, os astutos silvícolas montaram nos seus ginetes e desapareceram pelos macegões dos arredores, sem que o resto da guarnição, surpreendida da terrífica ocorrência, tivesse tempo de intervir em socorro dos companheiros.

O presídio não tinha meios suficientes para formar um contingente, capaz de sair no enalço dos índios. Mas, também, nenhuma providência tomou no sentido de ir atacá-los em suas próprias aldeias. Antes, pelo contrário, entrou a proceder de conformidade com as instruções recebidas do Capitão-General, que lhe ditavam: não molestá-los, mas atraí-los pacificamente; entreter relações de amizade com eles; conquistá-los à custa de agrados e benefícios. Difícil essa política de reconciliação, e, tanto mais difícil pelo fato de os índios continuarem a vigiar os passos dos soldados saídos a passeio ou à caça e, não raro, flechando-os, de tocaia. Nada obstante, os comandantes do presídio, por não esmorecerem nos seus propósitos de pacificação, conseguiram, por fim, após doze

anos de perseverança, vencer a indisposição, a desconfiança e a relutância dos guaicurus, e com tão boas disposições o fizeram, que os converteram, não apenas de inimigos a amigos, mas a aliados e partícipes da cidadania portuguesa. Ora, essa sadia política de congacamento e de amizade tornou-se tão acertada e profícua que os índios, não somente penderam, de todo, para o Brasil, mas afastaram-se radicalmente dos castelhanos de Assunção, contra os quais, daí por diante, não raro conflitavam. Aconteceu, ainda, algo melhor. Não podendo o Presídio de Coimbra, e mal podendo, mais tarde, o de Miranda, policiar a região dos campos até o Apa, eram os guaicurus que o faziam no seu teor de vida campesina, mudando freqüentemente de pastagens as suas manadas de equinos e varejando os rincões distantes na caça ao gado alçado, remanescente das antigas reduções jesuíticas. Nessas mudanças de acampamento, e nessas correrias à preia do gado bravo, eles percorriam pradarias e serras ali existentes, com o que exerciam a vigilância e o domínio da vasta região meridional do Mato Grosso, missões estas que cabiam ao Presídio de Coimbra e ao de Miranda, os quais, todavia, por carência de cavalos de sela e de petrechos de montaria, não podiam fazê-lo. Esse o motivo por que jamais puderam os castelhanos firmar pé ao norte do Apa, pois aqueles índios amigos encarregavam-se de conflitar com eles toda vez que o tentavam, e passaram também a flagelá-los com freqüência, tão logo, nos limiares do Oitocentos, lograram o uso de armas de fogo. Ocorreu mesmo, então, no governo de Francia, que os guaicurus, para vingar-se de atos de crueldade, infligidos a um de seus caciques, no Forte Borbon, hoje Olimpo, assaltaram e ocuparam esse forte paraguaio, e, somente o evacuaram, uns três meses depois, com a intervenção do Forte de Coimbra.

O Brasil ficou a dever aos índios guaicurus a cooperação eficaz desses valorosos ginetes na defesa e na vigilância do sul de Mato Grosso. Ficou a dever-lhes a busca de informações, naquela frente, até o Apa, e, por vezes, além do Apa. Ficou a dever-lhes a cooperação, de armas nas mãos, na defesa do Forte de Coimbra, ao ensejo dos dois ataques ali veri-

ficados, respectivamente, em 1801 e 1864. Ademais, ficou a dever-lhes um serviço de alta categoria, de alta expressão amistosa e de alto valor militar, qual foi o de um índio guaicura — cujo nome, Nixinica, não deve ficar no olvido — que, estando eventualmente em Concepción, uns 500 km a jusante do forte, largou-se de lá, numa igarité ligeira do seu uso, e veio informar ao comandante do Forte de Coimbra, felizmente, então, o Coronel Ricardo Franco, que uma frota, procedente de Assunção, sob o comando do próprio governador do Paraguai, Dom Lazaro de Ribera, chegara àquele porto, conduzindo numerosa tropa. Foi esse aviso que alertou o comandante do forte a enviar um reconhecimento, rio abaixo, para averiguar da situação e das atitudes da frota castelhana. Esse reconhecimento, porém, de alta importância, não foi composto nem teve participação de soldados, e, sim, somente de guaicurus, que estavam de visita ao forte. Ora, ultrapassando-se os dias, dados aos índios, para a volta do reconhecimento (2), Ricardo Franco, que ainda estava instalado na velha paliçada, porque as muralhas do forte, em construção, estavam inacabadas, mandou, então, em duas canoas, nesta vez, sim, um reconhecimento armado, composto de soldados da guarnição. Estes soldados, logo na primeira noite, de madrugada, navegando descuidosamente à deriva, rio abaixo, toparam bruscamente com a frota castelhana, que estacionava à altura de Baía Negra. E correram tão grande risco de serem envolvidos pela rede de vigilância, em canoas, da frota castelhana, que mal puderam safar-se, a tiros, e bater em desabalada retirada, conseguindo chegar ao forte com escasso tempo para a guarnição dispor-se, ainda que precariamente, para a defesa do vigoroso ataque, conquanto malogrado, que durou de 16 a 24 de setembro de 1801.

No segundo ataque, o forte foi pegado às cegas, inteiramente de surpresa, porque só se advertiu da presença da esquadra paraguaia, quando ela estacionou a 6 km a jusante.

(2) Esse reconhecimento chocou-se com a frota castelhana, e, embora ocultasse as suas intenções, foi preso e recolhido a bordo. Chegando a frota em frente a Coimbra e iniciando o ataque, esses índios lançaram-se ao rio e alcançaram o forte, a nado.

Aconteceu, porém, que, nas vésperas do ataque, desencadeado a 29 de dezembro de 1864, estavam de visita ao forte um cacique e nove índios guaicurús. Ora, dado o alarma da presença da esquadra paraguaia, e, não ignorando os índios a enorme disparidade entre o poderio dos vasos de guerra, em atitude hostil, e a fragilidade, tanto do velho forte, quanto de sua escassa guarnição, esses silvícolas, ao invés de encerrarem a visita e se mandarem pelo Pantanal afora, que eles conheciam a palmo, assim não o fizeram. Bem pelo contrário, e, apesar de tudo, ali ficaram, para participar dos azares da defesa, pedindo armas para combater ao lado da guarnição, mostrando destarte que os amigos o são também para as horas de apuros e dificuldades.

Tracei estes louvores aos guaicurús, à guisa de parágrafo, pois não foi diretamente a eles, ou a propósito deles, que os inseri nestas páginas, mesmo porque, a respeito daqueles índios já me ocupei largamente noutra oportunidade (3). Eu o fiz a título de ilustração, para enaltecer o Forte de Coimbra, pois os guaicurús surgiram na História Militar do Brasil como conquista e instrumento vivo do nosso magno forte. Essa é uma límpida verdade, porque foi o Forte de Coimbra quem os atraíu e os acolheu, quem lhes ganhou os corações, quem os transformou, de inimigos a amigos, de estranhos e ariscos silvícolas a súditos fiéis, e, de súditos, a formidáveis camartelos na defesa da região meridional de Mato Grosso, contestada a ferro e fogo pelos nossos vizinhos do sul.

A conversão, pois, dos índios guaicurús à cidadania brasileira e os relevantes serviços prestados por eles ao Brasil, foram obra inteligente do Forte de Coimbra. Valem, portanto, no apuro das contas, por crédito, por testemunho e argumento do quanto realizou o velho forte na sua função de propugnáculo de nosso país no sul de Mato Grosso.

Voltando-me agora totalmente para o Forte de Coimbra, convoco todas as minhas forças vivas, no sentido de que se torne evidente que o nosso histórico forte foi posto naquele

(3) Ver em vários capítulos HISTÓRIA DO FORTE DE COIMBRA, IV vol., do Autor.

local histórico para erigir-se — e erigiu-se mesmo, muito mais do que era de esperar — em agente, cabeça-de-ponte e braço forte do Brasil na conquista pacífica da magnífica faixa transmarginal do Rio Paraguai, de Baía Negra a Corumbá. Some-se ainda, ao enorme crédito do nosso forte, já não mais com a ajuda dos índios, mas promovendo, então, o aldeamento deles, a ação criativa, o apoio e a cobertura, por ele exercidos, em 1778, na fundação de Corumbá, e, em 1797, do Presídio de Miranda, uma e outra hoje cidades. E tão necessária e útil se tornou a participação, a presença e a influência do Forte de Coimbra na fundação dessas duas entidades geográficas, que foram os próprios comandantes do forte e elementos de sua guarnição, transferidos, a propósito, para lá, que integraram os primeiros comandos e o pessoal que deram origem e incremento àquelas novas fundações. E, ademais, foi assim que se constituiu o triângulo da defesa e do povoamento do sul de Mato Grosso. E foi assim, também, que se promoveu o aldeamento e a fixação dos índios guaná e guaicuru em Albuquerque e nos arredores de Miranda, sob a liderança do Forte de Coimbra.

Eis, num relance, a folha de créditos do nosso Forte de Coimbra. Sendo tão vultoso, pois, o potencial quantitativo e qualificativo dos valores do seu formidável ativo, importa que se conclame, *por mil clarins*, a todos nós, brasileiros, quanto nos merece esse velho baluarte de nossa expansão territorial. E reponta aqui, mais uma vez, a razão por que ele faz jus a um ano inteiro de homenagens e gratulações. Não sejam, porém, tão-só ao pé daqueles lugares históricos e do porto do grande rio, em que ele está, mas em todas as guarnições militares de nossas Forças Armadas; mas em todos os colégios e escolas, em todos os institutos de cultura e órgãos de publicidade, do norte ao sul; e em todos os corações de nossa brava gente. Sim, em tudo que sente e vibra neste nosso Brasil sejam prestadas abundantes salvas de flores e de louvores ao glorioso Forte de Coimbra neste seu ano jubilar bicentenário: 13 Set 1775 — 13 Set 1975.